Uma situação ruim. Até para os bancos credores.

James L. Rowe Jr., do Washington Post.

Os países latino-americanos e os seus credores bancários estão preocupados com as taxas de juros em ascensão nos Estados Unidos, que poderão anular boa parte ou todo o progresso que eles fizeram para colocar em ordem suas abaladas economias.

No mês passado, como resultado do crescente custo do levantamento de fundos, os bancos norte-americanos aumentaram sua taxa de juros — prime rate — em um por cento, passando de 11 para 12%. Alguns economistas, como o respeitado Henry Kaufman da empresa de investimentos bancarios Salomon Brothers, acham que as taxas de juros deverão aumentar ainda mais no decorrer dos próximos meses.

Economistas, banqueiros e funcionários de países latino-americanos afirmam que uma prime de 12% é uma péssima notícia e que taxas mais elevadas poderiam ser consideradas desastrosas.

Menos lucros

As taxas elevadas irão forçar os países devedores — que devem aos bancos internacionais um total geral de aproximadamente 340 bilhões de dólares — a transferir mais de seus duramente conseguidos lucros de exportação para o serviço de suas dívidas — fundos que poderiam ser utilizados para reincentivar suas economias sufocadas. Cada aumento de um por cento nos juros a serem pagos custa ao Brasil e à Argentina uma quantia adicional de 700 milhões de dólares para cada um.

Além disto, as taxas de juros em ascensão poderão moderar a expansão econômica dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos, fazendo com que se torne mais difícil para que os países devedores aumentarem suas exportações. A maior parte dos países devedores está contando com suas exportações para gerar a expansão econômica que, segundo quase todos os observadores, deverá ser iniciada brevemente, caso se queira evitar situações de inquietações sociais e políticas.

Consequentemente, o aumento nas taxas de juros é um "problema de duas faces", disse um importante banqueiro norte-americano: estes aumentos forçarão os devedores a pagarem mais e ao mesmo tempo deverão reduzir os seus rendimentos. — As taxas mais elevadas não são interessantes nem para os bancos e nem para os países menos desenvolvidos — disse Leo C. De Grijs, vice-presidente executivo do Continental Illinois National Bank, de Chicago.

Os bancos, além disso, enfrentam elevações na captação de dinheiro mais rápido, do que os juros de empréstimos. Para muitos bancos, os rendimentos líquidos de juros diminuiram, e suas reservas provavelmente diminuiram, porque os países estão encontrando maiores dificuldades para pagar.

Por exemplo, o aumento de 1% da primejá anulou o valor de todas as concessões econômicas que os bancos fizeram ao México, este ano, como reconhecimento de sua tentativa relativamente bem-sucedida de colocar em ordem a economia. Os bancos reduziram o preço dos empréstimos mexicanos de 1984 — no valor de 3,8 bilhões de dólares — de 2 1/8% acima da prime para apenas 1 1/8%.

Antes mesmo de os mexicanos ficarem com um centavo dos empréstimos de 1984, os juros já subiram ao mesmo nível dos que foram pagos em relação ao empréstimo de 1983. Obviamente, os juros referentes a uma boa parte do restante da dívida mexicana—no valor de noventa bilhões de dólares—também irão aumentar.

Brasil, otimista.

O Brasil, o maior devedor e que está enfrentando a pior depressão, teve um lampejo de otimismo nas últimas semanas, porque as exportações do país em 1984 estão crescendo mais rapidamente do que se esperava. Funcionários do governo e economistas tinham esperanças de que os maiores rendimentos de exportações permitiriam ao País importar mais produtos industriais básicos dos quais necessita para dar nova vida à sua economia.

Agora, a não ser que as taxas de juros diminuam novamente, o Brasil terá de usar uma boa parte destes duramente conquistados rendimentos de exportações para pagar os juros adicionais relativos à sua dívida externa de 95 bilhões de dólares. Além disto, se as taxas mais elevadas de juros retardarem a expansão econômica no mundo industrial, a capacidade do Brasil em continuar aumentando suas exportações irá diminuir.

Os aumentos da prime rapidamente aparecem nos juros cobrados sobre os empréstimos, da mesma forma como os aumentos na assim chamada taxa interbancária londrina. Os empréstimos latino-americanos tomam por base ou a taxa prime dos Estados Unidos ou a taxa londrina, que aumentou praticamente tão depressa quanto a "prime".

Um fardo pesado

As dificuldades econômicas da América Latina vão bem além do seu fardo de dívidas. Em larga escala, o fardo das dívidas tornou-se quase impossível de ser manejado por causa de fatores econômicos externos — muitos dos quais estão fora do controle dos devedores. Uma recessão mundial diminuiu a demanda dos seus produtos, ao mesmo tempo que uma explosão das taxas de juros aumentou astronomicamente os custos referentes à dívida.

Mas concorda-se, de uma maneira geral, que os países tomaram empréstimos demais — ou que os bancos fornecerem demais — e que a má administração econômica em praticamente todos os países da região contribuiu para piorar ainda mais a crise.

Numa escala não muito pequena, a crise da dívida somente pode ser manejada por enquanto porque as taxas de juros caíram em 1982 — a prime baixou 20 para 11% — e permaneceram estáveis durante 1983, afirmam os banqueiros e os economistas.

Em países como o Brasil e o México, as populações em expansão necessitam de um crescimento econômico de aproximadamente 6% simplesmente para criar empregos em número suficiente para impedir que o desemprego aumente. Mas, desde 1982 — e antes ainda no caso brasileiro —, os países tiveram de dedicar uma parte crescente de seus rendimentos externos para o serviço da dívida, além de ter de levantar novos empréstimos com esta mesma finalidade.

O México parece ter conseguido o maior progresso em ajustar sua economia, pelo fato de que não pode tomar empréstimos para subsidiar o consumo e que uma elevada proporção dos seus investimentos precisa ser gerada internamente ou a partir de exportações — e não de empréstimos bancários. Taxas mais elevadas de juros poderão

não afundar o México, mas farão com que o retorno até mesmo a uma semiprosperidade torne-se difícil.

O Brasil, por outro lado, necessita de toda a ajuda que conseguir para reinjetar uma sensação de esperança na sua economia — mesmo nas melhores circunstâncias possíveis, serão necessários vários anos antes que o Brasil possa retornar ao nível de prosperidade registrado em 1980.

O aumento das taxas de juros poderá acabar com esta esperança, exacerbando os já bastante difíceis problemas políticos e sociais deflagrados pelo crescente desemprego e pelo aumento da fome e da pobreza. Ernane Galvêas, ministro brasileiro da Fazenda, alertou sexta-feira de que os Estados Unidos estão "brincando com fogo" ao permitir o aumento da prime.

O governo democrático recém-eleito da Argentina está tentando consolidar o seu novo governo e lidar com sua dívida de 43,6 bilhões de dólares, que é uma questão nacionalista altamente carregada. Cada aumento de 1% nos juros acrescenta 350 milhões de dólares à conta argentina, uma conta em relação à qual o governo tem encontrado tanto dificuldades econômicas como políticas para saldar.

Não está claro que seria o ponto de quebra nos vários países — o Peru, com seus 12 bilhões de dólares de dívida externa parece já ter atingido este ponto e alguns observadores temem a realização de um golpe militar.

Um dos principais banqueiros declarou que a maior parte dos países é capaz de tolerar uma prime de 13%. Na opinião da maior parte dos observadores, a política norte-americana é a chave da questão. Se as expectativas inflacionárias continuarem aumentando — o resultado de uma economia em expansão e um gigantesco déficit orçamental federal — a Reserva Federal será colocada na desagradável posição de tentar equilibrar a necessidade de restringir a inflação doméstica com a restrição à alta dos juros. "A maior esperança que temos é que as taxas de juros diminuam por conta própria, de maneira que a Reserfa Federal não seja obrigada a optar", disse o chefe dos economistas de um importante banco norteamericano.